

SÉRIE  
MONOGRÁFICA

# Cadernos de Pesquisa em Ciência Política

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA - UFPI

**A POLÍTICA DO BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO  
ECONÔMICO E SOCIAL (BNDES) PARA O DESENVOLVIMENTO  
REGIONAL DO BRASIL**

**Luciléia Aparecida Colombo**



PROGRAMA DE  
PÓS-GRADUAÇÃO EM  
**Ciência Política**  
UNIVERSIDADE FEDERAL  
DO PIAUÍ - UFPI



ufpi

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

**A POLÍTICA DO BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO  
ECONÔMICO E SOCIAL (BNDES) PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
DO BRASIL**

Luciléia Aparecida Colombo

**Teresina**  
**Out. 2014**

# **UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ**

## **Reitor**

Prof. Dr. José Arimatéia Dantas Lopes

## **Pró-Reitor de Ensino de Pós-Graduação**

Prof. Dr. Helder Nunes Cunha

## **Pró-Reitoria de Pesquisa**

Prof. Dr. Pedro Vilarinho Castelo Branco

## **Superintendente de Comunicação Social**

Profa. Dra. Jacqueline Lima Dourado

## **Diretor da Editora da UFPI**

Prof. Dr. Ricardo Alaggio Ribeiro

## **CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS - CCHL**

**Diretor:** Prof. Dr. Nelson Juliano Cardoso Matos

## **Programa de Pós-Graduação em Ciência Política**

**Coordenador:** Prof. Dr. Raimundo Batista dos Santos Junior

## **ENDEREÇO PARA CONTATO**

Universidade Federal do Piauí

Campus Universitário Ministro Petrônio Portella

Centro de Ciências Humanas e Letras - CCHL

Programa de Pós-Graduação em Ciência Política

Bairro Ininga - Teresina-PI

CEP 64049-550

Endereço eletrônico: [www.ufpi.br/cienciapolitica](http://www.ufpi.br/cienciapolitica)

**FICHA CATALOGRÁFICA**  
Universidade Federal do Piauí  
Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco  
Serviço de Processamento Técnico

Cadernos de Pesquisa em Ciência Política [recurso eletrônico] /  
Universidade Federal do Piauí. – v. 3, n. 4 (out. 2014).-.-  
27 p.  
Dados eletrônicos. - Teresina: UFPI, 2014 –  
Sistema requerido: Adobe Acrobat Reader  
Modo de acesso:  
<http://www.revistas.ufpi.br/index.php/cadernosdepesquisa>.  
ISSN: 2317-286X  
1. Ciência Política. 2. Relações Internacionais.  
I. Universidade Federal do Piauí-UFPI. II. Título: Cadernos de  
Pesquisa em Ciência Política  
CDD: 320

## **EXPEDIENTE**

### **Editor Responsável:**

Prof. Dr. Raimundo Batista dos Santos Junior

### **Editor Assistente:**

Prof. Dr. Ricardo Alaggio Ribeiro

## **CONSELHO EDITORIAL:**

Profa. Dra. Ana Beatriz Martins do Santos Seraine

Prof. Dr. Bruno De Castro Rubiatti

Prof. Dr. Cleber de Deus Pereira da Silva

Prof. Dr. Francisco Pereira de Farias

Prof. Dr. Francisco de Assis Veloso Filho

Prof. Dr. Jesusmar Ximenes Andrade

Prof. Dr. Marcio André de Oliveira dos Santos

Profa. Dra. Monique Menezes

Prof. Dr. Nelson Juliano Cardoso Matos

Prof. Dr. Ricardo Alaggio Ribeiro

Prof. Dr. Raimundo Batista dos Santos Junior

Prof. Dr. Valter Rodrigues De Carvalho

## **Cadernos de Pesquisa em Ciência Política**

É uma publicação do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFPI com o objetivo de divulgar o resultado de pesquisas desenvolvidas por professores e alunos desse programa. Visa, então, a estimular o debate entre pesquisadores das áreas de Ciências Sociais através da difusão de ideias e informações balizada.

## SUMÁRIO

1 Introdução .....	6
2 Histórico da intervenção do Estado nas desigualdades regionais .....	8
2.1 Participação do BNDES no desenvolvimento regional brasileiro .....	12
3 O desenvolvimento regional sob a ótica do BNDES .....	16
4 Conclusão.....	23
Referências .....	23

## A POLÍTICA DO BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (BNDES) PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO BRASIL

Luciléia Aparecida Colombo\*

**Resumo:** O objetivo central desta proposta é identificar e analisar o arcabouço institucional responsável por políticas e programas de desenvolvimento regional representativos no âmbito do BNDES; buscamos, ademais, analisar a importância do Banco no fornecimento de crédito para as condições de financiamento das políticas regionais, corroborando ou não a atuação da instituição como um ator político importante na temática aqui salientada. Objetivamos, fundamentalmente, analisar os programas e políticas praticados pelo Banco no tocante ao desenvolvimento regional brasileiro, especialmente aqueles que foram capazes de diminuir as assimetrias entre as regiões brasileiras. O recorte temporal considerado neste trabalho abarca os anos de 1999 a 2010.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento Regional. BNDES. Assimetrias Regionais.

**Abstract:** The main objective of this proposal is to identify and analyze the institutional framework responsible for policies and representative regional development programs under the BNDES; seek, moreover, to analyze the importance of the Bank in providing credit to the regional policies financing conditions, confirming or not the performance of the institution as an important political actor in the theme here emphasized. We aim to fundamentally analyze the programs and policies adopted by the Bank in terms of the Brazilian regional development, especially those who were able to reduce the asymmetries between the regions. The time frame considered in this work covers the years 1999-2010.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento Regional. BNDES. Assimetrias Regionais.

### 1 Introdução

O objetivo do presente artigo é analisar uma das vertentes do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), especialmente aquela que prioriza a melhoria do chamado “fortalecimento federativo”<sup>1</sup>, a qual prevê, dentre outras dimensões, o

---

\* Pós-Doutoranda no Programa de Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

<sup>1</sup> Cabe destacar que este artigo está atrelado à pesquisa que a autora desenvolve no Estágio Pós-Doutoral, realizado no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com financiamento do Programa PNPd/CAPES.

compromisso com a redução das desigualdades regionais. Dessa maneira, como objetivos específicos, o presente estudo busca analisar os programas de desenvolvimento regional empreendidos pelo referido Banco, entre os anos de 1999 a 2010. Buscamos avaliar o alcance destes programas na diminuição das assimetrias regionais e federativas brasileiras, bem como na dinamização econômica das regiões consideradas mais fragilizadas economicamente, como o Norte e o Nordeste do Brasil. Dessa forma, poderemos concluir se o BNDES, como instituição financeira, vem contribuindo, de fato, para que as relações federativas sejam fortalecidas, a partir dos programas atualmente processados. Procuramos, ademais, investigar o papel que o federalismo<sup>2</sup> brasileiro exerce nas condições de financiamento de desenvolvimento regional no Brasil.

O federalismo brasileiro abarca grandes diferenças socioeconômicas entre os blocos regionais que compõem o território brasileiro. Desse modo, é considerado assimétrico em relação a essas condições, sendo possível verificar expressivas desigualdades entre as regiões que formam o bloco Norte e Nordeste e o restante da federação.

O termo “federalismo assimétrico” tem aparecido na literatura de forma recorrente. Ivo Duchacek mencionou-o em 1970 e identificou grandes disparidades, que denominou “ingredientes de poder”, entre as unidades componentes da federação, que podem ser altamente politizadas em seus limites territoriais com diferenças linguísticas, culturais ou étnicas. Entretanto, observa Duchacek (1970) que se essas diferenças não forem reorganizadas na federação, podem ser altamente explosivas. De acordo com Burgess (2006), essas assimetrias podem ser de duas ordens: socioeconômica ou cultural-ideológica. Os fatores socioeconômicos têm, para este autor, intensa ligação com clivagens sociais e territoriais, pois as fraquezas de cada unidade constituinte confluem para a grande economia nacional; cada economia nacional, por sua vez, deve possuir um aparato para intervir nestas assimetrias, usando uma variedade de mecanismos de equalização fiscal federal. Tal fato observa-se claramente no Brasil, onde as economias dos estados pobres dependem da redistribuição de recursos federais, como uma maneira de contrabalançar as disparidades regionais. Por seu turno, os fatores cultural-ideológicos, como o próprio nome diz, referem-se a hábitos, costumes, convenções, que fazem parte das particularidades de cada federação e que também podem representar um problema, caso não sejam adequadamente acomodados no interior da federação.

---

<sup>2</sup> Federalismo aqui entendido como um sistema que favorece não somente a autonomia do financiamento das subunidades, mas também a diminuição das desigualdades regionais através de um programa de transferências tributárias.

Os governos brasileiros lançaram mão, em diversos momentos históricos, de instituições que buscassem amenizar os efeitos perversos dessas desigualdades regionais. Entre tais instituições que visavam a essa reacomodação federativa, ganhou espaço, paulatinamente, o BNDES. O Banco lançou vários programas de cunho social, como o Programa Nordeste Competitivo (PNC), Programa Amazônia Integrada (PAI), Programa de Fomento e Reconversão Produtiva da Metade Sul do Rio Grande do Sul (RECONVERSUL) e o Programa do Centro Oeste (PCO). Esses programas tiveram o mérito de explicitar as preocupações sobre o tema.

Nesse sentido, nosso artigo gira em torno da análise de tais programas, bem como do alcance dos mesmos na tentativa de redução dessas desigualdades regionais. Porém, para contextualizar nossa temática, cabe um retrocesso da intervenção estatal nas questões regionais, que abordaremos no item que segue.

## **2 Histórico da intervenção do Estado nas desigualdades regionais**

Como bem definiu Elazar (1987), os elementos fundadores de todas as federações são os princípios da diferença e da diversidade. Assim, a assimetria constatada na federação brasileira, sobretudo em relação às diferenças econômicas entre as regiões, constituiu-se em objeto de preocupação de diferentes governos.

De acordo com Burgess (2006), a necessidade de compreender o processo de acomodação das clivagens regionais tem levado pesquisadores do mundo inteiro a questionamentos sobre as origens das federações. Uma vez que o nascimento das federações oferece a base contratual da união dos estados com os cidadãos, um reexame das origens da federação apresenta elementos significativos para a compreensão das escolhas institucionais responsáveis pelo combate a tais assimetrias. Nos dizeres de Burgess (2006, p. 213),

The concept of “asymmetry” expressed the extent to which component states do not share in the conditions and concerns common to the federal system as a whole. The ideal asymmetrical federal system would be one “composed of political units corresponding to differences of interest, character and makeup that exist within the whole society”.

Partindo dessa constatação de Burgess (2006), um reexame dos desníveis de renda regional no Brasil não é um fenômeno recente, sendo objeto de estudo de Hirschman (1965), autor conceituado no cenário internacional, que destacava que o Brasil, em uma comparação internacional, apresentava índices relevantes de desigualdade regional.

A intervenção do Estado brasileiro, diante desse cenário, tornava-se decisiva, seja através da formulação de políticas econômicas, da concessão de crédito de longo prazo, de investimentos em infraestrutura ou no próprio sistema produtivo, estimulando o aporte de capital estrangeiro e de capital privado nacional e viabilizando uma aglutinação de recursos indispensável para a constituição de um parque produtivo de relevo. Tais considerações apoiavam-se no fato de que havia uma ideologia desenvolvimentista (BIELSCHOWSKY, 1988), que objetivava a superação do subdesenvolvimento nacional através da industrialização, planejada e apoiada no Estado, a qual se originou na década de 1930 e se tornou hegemônica na segunda metade dos anos 50.

A partir da década de 50, a preocupação governamental com as questões regionais ganhou impulso significativo. Parte dessa preocupação advém de um consenso de que a região Centro-Sul do país foi a principal beneficiária das estratégias governamentais e que pouca atenção havia sido dada à distribuição espacial das atividades econômicas (BAER; GEIGER, 1978, p. 66), que motivaram, nos últimos anos da década de 1950, a inclusão da temática regional na discussão política nacional.

Até este momento, a construção de Brasília e os esforços para a integração da capital do país com o restante das regiões ocupavam o centro das preocupações governamentais. Portanto, a questão regional restringia-se ao controle das secas do Nordeste, não havendo um planejamento estruturado para a diminuição das assimetrias federativas. A criação das instituições federais, como o Banco do Nordeste do Brasil (BNB)<sup>3</sup> e, posteriormente, da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE)<sup>4</sup>, ampliou a participação do Governo Federal no planejamento regional. Não somente o Nordeste era beneficiado com tais instituições, como também outras regiões do país, como a Amazônia, que contou com o Banco da Amazônia (BASA) e a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM).

Embora com a criação de diversas instituições, cabe ressaltar que a SUDENE foi a que mais obteve projeção. Tal destaque advém do fato de que as secas nordestinas sempre ocuparam a agenda governamental, em diversos períodos históricos. Ademais, a instituição promoveu, de fato, grandes alterações na estrutura política da região.

---

<sup>3</sup> Grandes partes das atividades do BNB, que tinham a função de fundamentar a questão nordestina, partiam do chamado Escritório de Estudos Técnicos sobre a Economia do Nordeste (ETENE), cujas análises serviam como bases para tentativas posteriores de desenvolvimento regional naquela área. A existência do ponto de apoio financeiro do Banco do Nordeste permitiu que se desenhasse o primeiro quadro em que uma visão compreensiva do tratamento do desnível nordestino tomava forma.

<sup>4</sup> A trajetória da SUDENE foi objeto de estudo da candidata em sua tese de Doutorado, intitulada *Ascensão e queda de uma instituição: a SUDENE no Sistema Federativo Brasileiro*, defendida em dezembro de 2012.

A iniciativa do governo federal em implantar nessas regiões tais instituições deveu-se, em boa medida, aos efeitos massivos dos investimentos concentrados no Sudeste, como sugerem as análises de Baer (1966), Cano (1985), Barros (2002), Haddad (1978), Suzigan e Araújo (1979), dentre outros. Além disso, o empobrecimento constante do Nordeste nessa época poderia impedir o desenvolvimento do grande mercado. Outro ponto a ser considerado é que as pressões das massas nordestinas forçaram uma posição governamental, especialmente após a seca de 1958, que exigiam recursos financeiros em volumes cada vez maiores.

Paralelamente a esses fatores, os dados históricos revelam que, desde 1959, o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) já havia sistematizado propostas dirigidas para o desenvolvimento do Nordeste. Esse Grupo, sob a chefia de Celso Furtado, serviu como um alicerce para o nascimento da SUDENE, em 1959. O documento elaborado pelo Grupo buscava também elementos dinâmicos da economia do Nordeste e a industrialização aparecia como a única saída para combater o atraso econômico da região. O setor industrial seria, nas formulações do GTDN, o responsável por conduzir ao crescimento do PIB regional, visando a criar no Nordeste um centro autônomo de expansão manufatureira mediante dois centros industriais: (1) as indústrias de base e (2) as indústrias que aproveitassem matérias-primas regionais. Com as indústrias de base, buscava-se dar destaque à produção siderúrgica, a partir da qual se esperava expandir atividades como a transformação do ferro e aço e indústrias mecânicas simples, como as de implementos agrícolas, móveis metálicos etc. Segundo dados do Relatório do GTDN, de 1959, o estudo elaborado pelo grupo propunha, ainda, a produção de cimentos e adubos. A instalação industrial da proposta visava, basicamente, a estimular a competitividade e transmitir o dinamismo ao restante do aparelho produtivo regional.

Afora a criação da SUDENE, muitas das transformações estruturais que compunham a proposta do GTDN não chegaram a ser efetivadas. De acordo com Cano (1995, p. 299), o fato de que o processo de industrialização já havia avançado nas regiões centrais do país vedava certos caminhos às áreas periféricas, colocando determinantes maiores que aqueles vinculados aos interesses especificamente regionais. Além disso, identificava-se uma inércia na indústria regional, que não parecia inclinada a superar as suas dificuldades através da ampliação de investimentos próprios e de outras medidas destinadas a fortalecer a sua capacidade competitiva. Segundo Castro (1971, p. 185), baseado em informações do censo de 1960, as indústrias nordestinas, apesar de apresentarem uma rentabilidade superior à média nacional, reinvestiam proporção muito inferior dos seus lucros.

No período compreendido entre os anos de 1970 e 1985, em que as instituições responsáveis pelo desenvolvimento regional atuavam de forma ativa, as desigualdades

regionais sofreram uma redução significativa, conforme aponta análise de Cano (1995), Diniz (1995) e Andrade (1988). Porém, contrastando com as análises desses autores, Cavalcante (1993) sustenta que a desconcentração que se observou até meados da década de 1990 não decorreu de uma redução significativa das desigualdades inter-regionais no país, mas sim da redução dos níveis de desigualdades intrarregionais.

No final dos anos 70, a crise econômica mundial, caracterizada pelo aumento dos preços do petróleo gerou um ambiente desfavorável para os programas de desenvolvimento regional. O interregno de 1980 a 1990 foi marcado por políticas de ajustes fiscais, aliadas a uma política de privatização de empresas estatais, desenvolvidos pelo Governo Federal. Cabe ressaltar que um momento importante do período aqui considerado é o estabelecimento da Constituição de 1988.

A Constituição de 1988 reservou três elementos importantes no tocante à questão regional. O primeiro deles foi a explicitação no Texto Constitucional do combate às desigualdades regionais. A segunda importante alteração da Constituição de 1988 foi o fortalecimento de estados e municípios, que passaram a ser atores políticos importantes, influenciando, inclusive, os investimentos privados por meio de incentivos fiscais. Nesse sentido, a execução e o planejamento do desenvolvimento regional passaram, em grande medida, a serem transferidos para essas instâncias subnacionais de maneira descentralizada.

A grande contradição desse período foi que se, por um lado, a Constituição garantiu dispositivos que permitiram a transferência de renda para as regiões menos favorecidas, por outro, houve um grande enfraquecimento das políticas de desenvolvimento regional. O Governo Federal se limitou, a partir de então, a respeitar os dispositivos constitucionais que determinavam o repasse de recursos financeiros para as regiões carentes, sem fortalecer as instituições responsáveis pelo planejamento de políticas de desenvolvimento regional. Nesse sentido, o terceiro importante elemento da Constituição, como aponta Bercovici (2003), foi manter as Agências de desenvolvimento Regional, como a SUDENE, enfraquecidas.

A preocupação com as desigualdades regionais fica claro no Texto Constitucional de 1988, com a criação dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte (FNO), o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO). Tais Fundos são compostos por 3% da arrecadação do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Desse montante, 60% são dirigidos ao FNE e os demais 40% aos outros Fundos.

Cabe destacar que, paralelamente ao enfraquecimento de tais instituições, houve o aumento da participação do BNDES, que atuou como uma instituição financeira do desenvolvimento, conforme abordaremos com maior rigor no item que segue.

## 2.1 Participação do BNDES no desenvolvimento regional brasileiro

O BNDES é uma instituição financeira pública de fomento que esteve presente em diversas fases do planejamento do Estado brasileiro. Foi criado pela Lei n. 1628, de 20 de junho de 1952, na forma de Autarquia. Até 1956, os grandes projetos industriais de infraestrutura contaram com o financiamento do setor público por meio do BNDES – que até então era chamado de BNDE – ou por meio do capital estrangeiro. Para alavancar a indústria automobilística, prevista no Plano de Metas de Juscelino Kubitschek, houve aplicações grandiosas oriundas desse Banco para investimentos em vários setores de produção.

Como ressaltam Prata, Cintra e Freitas (2000), desde sua criação, em 1952, a atuação do BNDES esteve fortemente vinculada às diretrizes governamentais. Entre as décadas de 50 e 70, o BNDES atuou como instituição financeira de fomento, constituindo um dos principais instrumentos do modelo de desenvolvimento vigente, cujas metas eram explicitadas em planos de desenvolvimento. Nos anos 80, conforme aponta Currello (1998), o BNDES enfrentou uma “crise de identidade” associada, por um lado, à crise do modelo de desenvolvimento – cujas faces mais aparentes foram às crises fiscais e externas e a aceleração inflacionária –, que orientou suas ações nas décadas anteriores e, por outro lado, ao fortalecimento do discurso liberalizante e privatizante, que foi progressivamente ganhando espaço dentro do banco.

A sua criação esteve vinculada às propostas da Comissão Mista Brasil - Estados Unidos, que tratou de identificar os “pontos de estrangulamento” da economia brasileira, apontando os caminhos a serem trilhados para o crescimento do país. A Comissão apontou a necessidade de um programa de investimentos de infraestrutura, que foi o Programa de Reaparelhamento Econômico (PRE), no qual a presença de um Banco como o BNDES foi fundamental. O banco atuou como uma instituição pública, voltada para o financiamento de longo prazo, especializando-se no desenvolvimento de técnicas de análise de projetos necessários para angariar financiamentos internacionais e também para a análise de projetos enviados ao próprio banco. Cabe ressaltar que a seleção de prioridades do Banco esteve vinculada aos planos estatais desenvolvimentistas, que caracterizaram a política econômica do período.

A ação do BNDES contempla as micro, pequenas e médias empresas, bem como prioriza projetos que viabilizem a redução das desigualdades regionais. Tais ações são

executadas pelo BNDES e por três subsidiárias integrais: a Agência Especial de Financiamento Industrial – FINAME, que tem por objetivo financiar a produção, comercialização e exportação de máquinas e equipamentos fabricados no país. A segunda subsidiária é o BNDES Participações – BNDESPAR, que atua no fortalecimento do mercado de capitais brasileiro e, por fim, o BNDES Limited, constituído em Londres e que possui a finalidade de apoiar as empresas brasileiras nos projetos de internacionalização, bem como a captação de recursos financeiros.

Em 1982 o BNDE passou a se chamar BNDES, integrando à sua política de desenvolvimento a dimensão social. Cabe ressaltar que o Banco tem alterado, ano a ano, seu foco de atuação (CURRALERO, 1998) promovendo programas que visam à redução das desigualdades regionais. A missão do Banco passa a ser a promoção da competitividade nacional com a redução das desigualdades regionais. Além de explicitar o compromisso com o Desenvolvimento, a questão regional ganha relevo entre os objetivos: “Agimos orientados para a redução das desigualdades sociais e regionais com geração de emprego e renda e melhoria da qualidade de vida” (Planejamento Corporativo do BNDES, 2000).

Nos anos 90, o BNDES passou por profundas mudanças, associadas à emergência de uma “nova estratégia de desenvolvimento”. A redefinição do seu papel começou quando se tornou a instituição gestora do Plano Nacional de Desestatização (PND), elemento central da redefinição do papel do Estado e um dos pilares do novo modelo de desenvolvimento, ao lado da abertura econômica e da estabilização. Contudo, somente a partir de 1994, a atuação do banco tornou-se plenamente articulada às diretrizes desse modelo de desenvolvimento. Essa “demora” na redefinição das suas linhas de atuação decorreu dos próprios percalços enfrentados pelo governo de Fernando Collor de Mello na implementação das chamadas reformas estruturais, devido a fatores tanto políticos (falta de apoio do Congresso, processo de impeachment), quanto econômicos (dificuldades no processo de estabilização de preços).

Após 1994, além de aprofundar seu papel como gestor do PND, o banco tornou-se agente financeiro dos programas de desestatização em âmbito federal, estadual e municipal, como ressaltam Barros & Goldenstein (1997). Além disso, o banco desempenhou um papel ativo na consolidação da reestruturação produtiva dos anos 90, considerada virtuosa pelos gestores de política econômica. Assim sendo, o banco passou a financiar os setores de infraestrutura econômica privatizados, a apoiar o processo de reestruturação industrial, a atuar como agência de financiamento às exportações e, em menor medida, a estimular os setores de

tecnologia de ponta mediante a Bandespar<sup>5</sup>. Como apontam Vidotto (2005) e Cintra et al. (2000), o BNDES, ao se consolidar nos anos 90 como gestor do programa de privatização do governo federal, teve um novo papel em sua trajetória, ocupando lugar de relevo no projeto de desenvolvimento capitalista que então se ensaiou, segundo os autores.

Dessa forma, ganham relevo as teorias que buscam explicar o funcionamento das chamadas “instituições financeiras públicas federais”, ou, somente, Bancos Públicos. Mettenheim (2010) acrescenta que os chamados Bancos Públicos também atuam como “alavancas” para líderes políticos e forças sociais. Isso foi comprovado durante as crises financeiras recentes, onde estas instituições financeiras amenizaram o choque de crédito, facilitando o ajuste a um choque econômico. Como já ressaltado, durante os anos 1990, estas instituições sustentaram o Plano Real e promoveram, concomitantemente, empréstimos condicionais aos governos estaduais e municipais, atuando, conforme aponta Mettenheim (2010), como uma espécie de “fundo monetário internacional” doméstico.

De acordo com o estabelecido no Planejamento Corporativo 2009/2014, o desenvolvimento regional, a inovação e o desenvolvimento socioambiental foram estabelecidos como eixos principais de fomento econômico, devendo ser considerados nos empreendimentos apoiados pelo Banco. À esteira deste novo foco da instituição, foram criados diversos Programas Regionais. Em um primeiro momento, podemos citar, entre tais programas, o PAI – Programa Amazônia Integrada, PCO – Programa Centro-Oeste, Programa Nordeste Competitivo – PNC e RECONVERSUL – Programa de Fomento e Reconversão Produtiva da Metade Sul do Rio Grande do Sul. Segundo Ramos (2003, p. 2), “essas políticas tiveram o mérito de explicitar as preocupações sobre o tema, mas tinham como pressuposto que o acesso ao crédito, por si só, poderia resolver grande parte destas questões”.

Em 2005, foi criado um dos Programas que tiveram mais visibilidade dentre os até então propostos: o Programa de Dinamização Regional. Nele, os municípios e microrregiões considerados de baixa renda (levando-se em conta o PIB *per capita*) seriam beneficiados, bem como os programas localizados nas regiões Norte e Nordeste. O Programa de Dinamização Regional foi o alicerce para a criação, em 2010, da Política de Dinamização Regional. Embora os objetivos fossem os mesmos que o Programa, essa Política apresentou o diferencial que é próprio de uma política de desenvolvimento regional.

O Planejamento Corporativo do BNDES para o período compreendido entre os anos de 2009 a 2014 manteve a missão da promoção do desenvolvimento regional como um dos

---

<sup>5</sup> A BANDESPAR é a sociedade gestora de participações sociais (holding) do BNDES, criada para administrar as participações em empresas detidas pelo Banco.

objetivos do Banco, buscando a promoção das desigualdades regionais e sociais e a promoção do desenvolvimento sustentável. Foi a primeira vez na orientação dessa instituição em considerar o desenvolvimento socioambiental como um processo de análise dos projetos apoiados.

Em 2007, seguindo a tendência natural de promover o desenvolvimento regional, foi criada a Secretaria de Arranjos Produtivos e Inovativos e Desenvolvimento Regional – SAR, vinculada diretamente à Presidência do BNDES. Concomitantemente, foi instituído o Comitê de Arranjos Produtivos, Inovação e Desenvolvimento Local Regional e Socioambiental (CAR-IMA), objetivando a promoção da articulação interna e externa em torno de temáticas regionais. O destaque para a criação desse Comitê advém do fato de ter o presidente do Banco como seu coordenador direto. Como ressalta Ramos (2003, p. 6), a respeito da criação deste Comitê de Arranjos Produtivos Locais:

A partir deste novo direcionamento, o desenvolvimento regional ganha outros contornos. Embora continue importante a redução das desigualdades inter-regionais e que o BNDES mantenha essa prioridade em suas políticas, o Banco reconhece que as desigualdades ocorrem também dentro das regiões e que os próprios investimentos financiados pelo BNDES podem vir a reforçar algumas dessas desigualdades.

Reconhece-se, dessa forma, que algumas políticas implementadas pelo Banco podem gerar efeitos negativos, e buscam-se soluções para tais problemas, caso eles aconteçam. O apoio financeiro a estes Arranjos Produtivos Locais (APLs) viria do Fundo Social, para os APLs e também para as cooperativas de baixa renda, em projetos sustentáveis. Cabe destacar que um fator federativo relevante para tais programas foi a incorporação dos Estados como protagonistas, orientando as ações do Banco no desenvolvimento regional. Portanto, a linha histórica do BNDES em relação ao desenvolvimento regional pode ser alicerçada sobre três grandes pilares, a partir de 2008: o programa de entorno de grandes projetos, o apoio aos APLs e aos Planos Estratégicos dos Estados.

A Política para atuação nas áreas de entornos de grandes projetos, estabelecida em 2009, buscava diminuir os impactos negativos que pudessem ser gerados por grandes empreendimentos, fortalecendo os agentes econômicos atuantes em determinado território. Esta Política propunha a utilização dos instrumentos do BNDES para o desenvolvimento de determinado território, caso houvesse o apoio a empreendimentos de grande porte. Alguns beneficiários de tal Política foi o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro e Suape, em

Pernambuco. Nesses casos citados, houve uma articulação federativa entre estados e municípios que discutiram, através de fóruns de desenvolvimento, os projetos prioritários para receberem crédito financeiro do Banco. As usinas hidrelétricas do Rio Madeira e de Estreito, bem como Porto Velho, também são outros exemplos beneficiados pela Política.

Em relação ao apoio aos Estados, o BNDES criou a linha de crédito denominada BNDES-Estados, objetivando a implantação de desenvolvimento integrado. O objetivo foi incentivar um conjunto de investimentos a partir de um planejamento estratégico que possuísse as seguintes prioridades: 1) Desenvolvimento Regional e socioambiental; 2) Redução das desigualdades regionais e sociais em bases sustentáveis; 3) Promoção do trabalho e renda; 4) Melhoria da cobertura e da qualidade dos serviços públicos e 5) Desenvolvimento institucional e modernização da gestão dos entes federados. Uma das grandes inovações desse Programa aos Estados foi a introdução dos indicadores sociais para monitorar e avaliar os financiamentos concedidos. Isso porque se reconhecem as disparidades existentes entre os estados do Norte e Nordeste, daqueles do Sul e Sudeste.

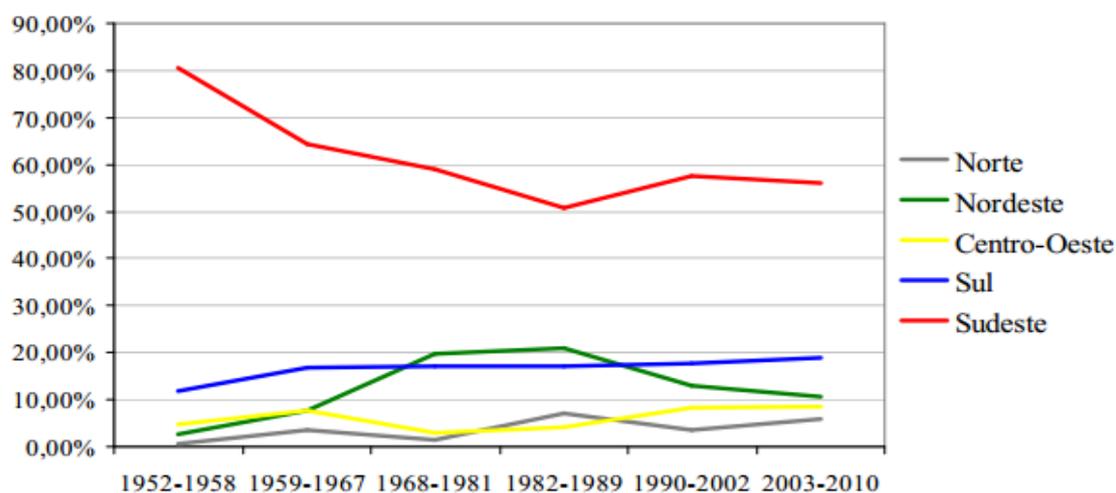
Portanto, o Programa de Entorno de Financiamentos (PEF) e a linha BNDES-Estados foram responsáveis pela inserção de novos dados: entre 2009 e 2010, os desembolsos para todos os Estados da Federação foram, pela primeira vez na história do Banco, superior à soma dos desembolsos para os Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Distrito Federal. Nesse sentido, pelo exposto, observa-se que o Banco vem buscando espaço como um dos protagonistas, dentro da Federação brasileira, no combate às desigualdades regionais. Por essa razão, vale o esforço de um estudo detalhado sobre esta vertente do BNDES.

### **3 O desenvolvimento regional sob a ótica do BNDES**

Em meados dos anos 80, considerando a crise econômica brasileira, eram necessários novos rumos para o cenário que então se configurava. O planejamento estratégico do Banco de 1988-1990 apontou para um esforço do papel promotor da empresa privada, com uma necessidade de se adequar aos pressupostos de “integração competitiva”, o qual visava a: 1) apoiar investimentos em empresas para a melhoria da posição de mercado tanto interna quanto externa e 2) apoiar a exportação da indústria nacional. Nesse momento, era forte o processo de privatização de empresas, adquiridas pelo Banco para saneamento financeiro no contexto da crise econômica. Tal estratégia foi entendida como uma tentativa de liberar recursos para investimento em projetos sociais e evitar a continuidade de utilização das empresas com fins políticos.

A mudança de orientação veio em 2003, com o Governo Lula. Houve a necessidade de retomar a trajetória do Banco, partindo de uma visão dos novos dirigentes de que havia a necessidade de incorporar aos pressupostos do BNDES a missão desenvolvimentista original, esquecida na década anterior. Foi então que, ao longo dos anos 2000, o Banco passou a apoiar as exportações, apoiando pequenos empreendimentos com foco na inovação, priorizando, sobretudo, a infraestrutura. Em relação à questão regional, os desembolsos do BNDES refletem a trajetória de concentração do crescimento econômico no polo dinâmico do Centro-Sul do Brasil, em especial no Sudeste, que recebeu montantes acima de 50% do valor total dos benefícios do Banco, conforme pode ser verificado no gráfico abaixo:

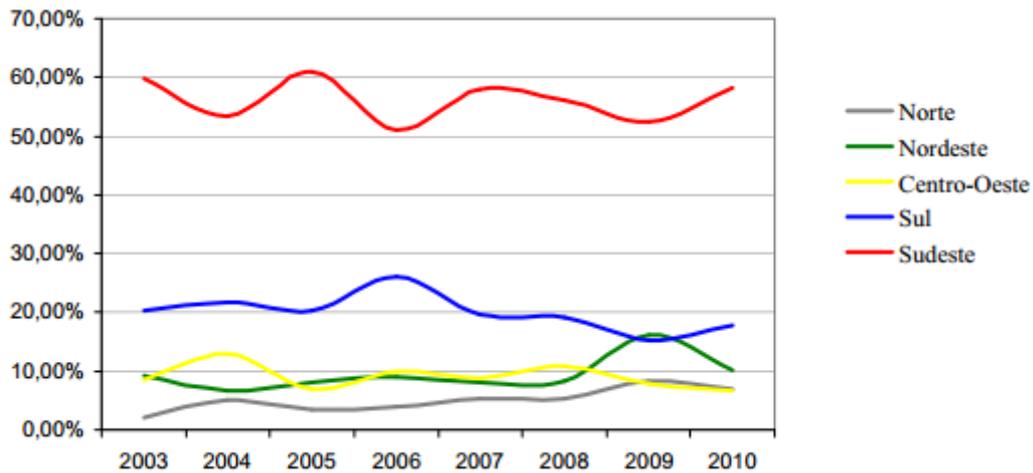
Gráfico 1: Distribuição regional dos desembolsos do BNDES: 1952-2010 (%)



Fonte: SILVA JR, 2009.

O gráfico evidencia uma queda da participação do Sudeste nas duas primeiras décadas, mas, em contrapartida, um crescimento muito aquém do esperado nas outras regiões. Há que se ressaltar os investimentos realizados no Nordeste, mas que ficaram concentrados nos estados da Bahia e Pernambuco, sobretudo nos setores de papel e celulose, nos investimentos do Proálcool, na Companhia de Eletricidade e do Polo Petroquímico de Camaçari. Na região Norte, destaca-se, na década de 1980, a destinação de 75% dos valores totais desembolsados para a região na implantação da mina de Carajás, no Pará, e a criação da Zona Franca de Manaus. Destaca-se também a destinação de verba considerável para o Centro-Oeste do país, especialmente para o agronegócio, a partir de 1990. Em 2000, porém, os percentuais de participação do desembolso por região se mantêm estáveis, conforme evidencia o gráfico abaixo:

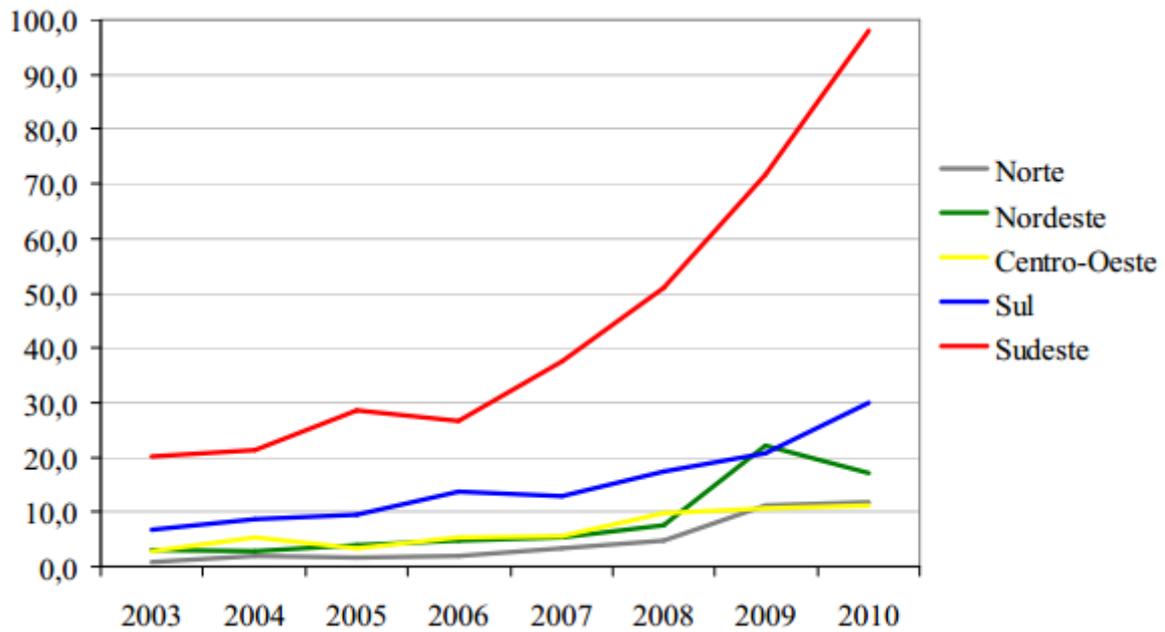
Gráfico 2: Distribuição dos desembolsos do BNDES por região: 2003-2010(%)



Fonte: PAMPLONA, 2011.

Apesar de tais números indicarem uma certa acomodação, no sentido de manter os desembolsos para a região Sudeste, os desembolsos para as regiões Norte e Nordeste, em 2009, deram um salto exponencial, por conta de projetos de infraestrutura e de indústria, do avanço das micro e pequenas empresas, de facilidades como o cartão BNDES e das operações de financiamento a investimentos públicos nos estados destas regiões. Em 2010, houve uma redução dessa participação devido ao aumento de desembolso para a região Sudeste, mas, para os anos posteriores a 2010, tudo indica que haverá uma continuidade dos desembolsos para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, uma vez que existem projetos em execução ainda:

Gráfico 3: Distribuição regional dos desembolsos do BNDES 2003-2010 (R\$ bilhões em valores correntes)

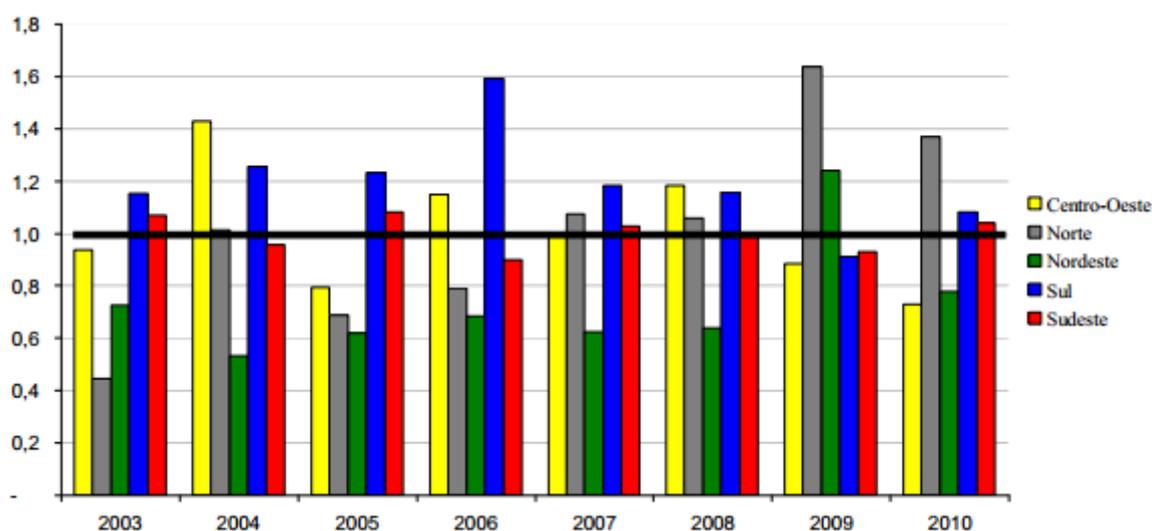


Fonte: PAMPLONA, 2011.

Ao analisarmos a relação entre a distribuição por região dos desembolsos do BNDES e a participação dessas regiões no PIB nacional, observamos, através do gráfico abaixo, que a região Sudeste manteve um equilíbrio nos desembolsos, bem como na participação do PIB e a região Sul aparece como a região mais privilegiada em relação à participação nos desembolsos sobre o PIB regional, embora tenha se verificado uma queda da mesma nos anos recentes. O Nordeste teve desembolsos maiores somente a partir de 2009.

Como o Nordeste e o Norte são as regiões mais atrasadas economicamente, mas existem projetos em execução na região, ou em fase de financiamento ou previstos para os próximos anos, espera-se que as tendências aos desembolsos financeiros para as regiões mais carentes continuem ocorrendo. Há ainda uma tendência do Banco a desestimular a concentração de investimentos de forma a estimular a desigualdade intrarregional, conforme verificaremos no tópico seguinte deste artigo.

Gráfico 4: Participação regional nos desembolsos do BNDES sobre a participação regional no PIB nacional



Fonte: PAMPLONA, 2011.

Como dito anteriormente, desde a década de 1990, o BNDES realizou uma série de programas para fomentar o desenvolvimento em empreendimentos localizados em territórios priorizados pelos Programas. As iniciativas foram o Programa Nordeste Competitivo (PNC), Programa Amazônia Integrada (PAI), Programa do Centro-Oeste (PCO) e o Programa de Fomento e Reconversão Produtiva da Metade Sul do Rio Grande do Sul (RECONVERSUL). Porém, existiram grandes problemas associados a tais programas. Em primeiro lugar, os incentivos eram pequenos; cerca de 5% da participação do BNDES no financiamento do projeto mais 1% ao ano na taxa de juros. Em segundo lugar, conforme apontam Gaspar e Ramos (2002), foram escolhidos alguns setores que pareciam ser competitivos e foram dadas a eles condições privilegiadas de financiamento. Como aparentemente as políticas de crédito, até então vigentes, barravam algumas operações, tentou-se flexibilizar, em 1999, os requisitos de crédito e foi criada uma área específica responsável por essas operações. Aparece aí o primeiro problema: eleger, a priori, os setores. Com isso, reforçou-se o apoio às empresas que já tinham algum acesso a recursos; setores que não induziam o fortalecimento das cadeias produtivas; que não possuíam nenhum vínculo com políticas regionais do Governo Federal; e que não se coordenavam com os estados da Federação.

Além disso, ao priorizar investimentos nas chamadas macrorregiões, tais programas acabavam fortalecendo as chamadas desigualdades intrarregionais, o que acabava fortalecendo as regiões mais ricas, dentre as mais pobres. Além disso, a guerra fiscal foi um instrumento mais poderoso na atração de investimentos do que aqueles transferidos através desses Programas do BNDES. Sendo assim, podemos concluir que esses programas elencados aqui

não configuraram dinâmica suficiente para atuarem como programas de desenvolvimento regional.

Em 2005, houve uma tentativa de correção dos programas anteriores, com a criação da Política de Dinamização Regional (PDR), cujos objetivos primordiais eram a redução das desigualdades regionais e sociais de renda. O foco da Política eram os municípios localizados nas regiões norte e nordeste do Brasil. Uma ressalva importante relacionada a essa política é destacada de imediato pelo Banco: “A PDR aplica-se a investimentos em ampliação de capacidade produtiva, desde que esses não impliquem fechamento de outras unidades produtivas do beneficiário” (COLOMBO, 2014, p. 16). Ou seja, de todo modo, o que se garante são investimentos a empreendimentos já consolidados, com o impedimento de construção de novas iniciativas empreendedoras nas regiões.

Além disso, segundo os critérios de localização, define-se quem pode ser beneficiário desta política:

- as microrregiões incentivadas classificadas como de baixa renda estagnada, baixa renda dinâmica, média renda inferior estagnada, média renda inferior dinâmica, média renda superior estagnada, média renda superior dinâmica, conforme o critério de classificação da PDR, inspirado na metodologia da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), implementada pelo Ministério da Integração (MI).
- os municípios das regiões Norte e Nordeste (área de atuação da SUDENE) que sejam classificados como alta renda terão as mesmas condições que as microrregiões incentivadas enquadradas como média renda superior dinâmica; e
- o conjunto de municípios de menor nível de renda integrantes das 49 aglomerações urbanas identificadas pelo Projeto de Pesquisa, Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil, elaborado pelo IPEA, IBGE e NESUR (IE-UNICAMP), localizadas no entorno de um município de alta renda.

Antes de discutirmos os efeitos de tal política, cabem aqui algumas ressalvas. A Política de Dinamização Regional prevista pelo BNDES enquadra-se no desenho elaborado pela Política Nacional de Desenvolvimento Regional, elaborada em 2003 pelo Ministério da Integração Nacional. Foi, portanto, uma ação conjunta das duas instituições (BNDES e MI), com o objetivo de promover estratégias de reversão das desigualdades regionais e explorar potenciais de desenvolvimento endógeno de diversas realidades brasileiras. O documento original de 2003 dava destaque ao conceito de mesorregião (MR), ou seja, uma escala menor que a macrorregional. Isso porque a escala macrorregional recebeu diversas críticas, devido à

sua amplitude territorial, o que a impedia de tratar as desigualdades regionais de dentro das regiões, ou seja, as desigualdades intrarregionais. O atributo nacional dava um caráter de reforço do governo federal na coordenação das ações para reduzir as desigualdades. Através de uma análise de indicadores socioeconômicos dos municípios brasileiros, foi construído um mapa onde foram definidas quatro tipologias diferentes que traduziam diferentes estágios de desenvolvimento: 1) regiões de baixa renda; 2) estagnadas; 3) dinâmicas; 4) de alta renda, sendo as regiões de baixa renda e as estagnadas definidas como prioritárias para as ações da política. A PNDR foi responsável, assim, pela definição de Mesorregiões Diferenciadas e áreas especiais como o Semiárido nordestino e as faixas de fronteiras.

Uma das inovações da PDR foi reconhecer as desigualdades *entre* as regiões e *dentro* das regiões. Assim, as particularidades das chamadas microrregiões deveriam ser consideradas, a fim de que a política fosse capaz de promover, de fato, um desenvolvimento homogêneo. Além disso, a política operava conjuntamente com o chamado Programa de Investimentos Coletivos (PROINCO).

Em maio de 2006, também se fez uma avaliação dos efeitos do programa. Apesar da inovação de se considerar as regiões passíveis de apoios diferenciados (micro e mesorregiões deprimidas economicamente e levando-se em consideração seu dinamismo), o PDR não conseguiu superar as dificuldades de programas passados tais como: o PNC, PAI, PCO e RECONVERSUL. O PDR (como os outros programas do passado) não contemplava estímulos ao adensamento das cadeias produtivas nas regiões carentes. Dessa forma, ainda que alguma empresa decidisse investir no Norte ou no Nordeste, não havia estímulo para que a cadeia de fornecedores fosse desenvolvida nessas regiões. Além disso, apesar de a concepção da PDR prever setores prioritários, com o passar do tempo, o programa foi abarcando cada vez mais setores, gerando muita demanda e pouca oferta de incentivos.

Assim, setores como mineração, cimento e papel e celulose, que, por si só, não precisavam receber incentivos diretos, pela própria natureza do setor, distorciam os indicadores dos desembolsos do Banco. Para termos uma visão mais abrangente da PDR, consultamos os dados disponíveis pelo BNDES, os quais evidenciam a eficácia dos projetos. Pelos dados da tabela abaixo, observa-se que em quase todas as microrregiões analisadas, o número de projetos estagnados é superior ao número de projetos em andamento. Além disso, em estados como Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo, há que se considerar que não há nem um acompanhamento sobre o Programa, com vários projetos sem identificação.

Tabela 1: Projetos da PDR por cada estado e microrregião (2005-2010)

<b>Estado</b>	<b>Número de Microrregiões beneficiadas</b>	<b>Projetos em Andamento</b>	<b>Projetos Estagnados</b>	<b>Projetos sem informação</b>
Acre	21	2	17	2
Alagoas	101	8	93	--
Amazonas	62	5	55	2
Amapá	16	3	11	2
Bahia	417	62	353	2
Ceará	184	89	94	1
Distrito Federal	1	-	-	-
Espírito Santo	78	-	69	9
Goiás	253	52	152	49
Maranhão	217	26	183	8
Mato Grosso	139	35	70	34
Mato Grosso do Sul	77	27	39	11
Minas Gerais	853	178	453	222
Pará	143	36	99	8
Paraíba	223	70	151	2
Paraná	399	229	90	80
Pernambuco	184	56	125	3
Piauí	222	72	149	1
Rio de Janeiro	92	7	42	43
Rio Grande do Norte	167	65	100	2
Rio Grande do Sul	497	38	160	299
Rondônia	52	34	5	13
Roraima	15	-	13	2
Santa Catarina	293	18	98	177
São Paulo	645	100	58	487
Sergipe	75	21	53	1
Tocantins	144	10	123	11

Fonte: elaboração própria, a partir de dados do BNDES, 2014.

#### **4 Conclusão**

Como mostrado no artigo, o BNDES vem adotando novas posturas frente ao cenário federativo brasileiro atual, buscando uma atuação mais proativa no combate às desigualdades regionais. O resgate buscado pelo Banco no que concerne à formulação do planejamento

estratégico, capaz de ordenar e articular o recorte territorial brasileiro, vem buscando cumprir esse papel.

A capacidade técnica e financeira do Banco, com seu papel histórico de atuar na elaboração e execução dos principais planos nacionais de desenvolvimento e em recentes programas e políticas para estimular as dinâmicas econômicas regionais, torna-o um agente importante no esforço para a construção de uma federação mais equilibrada.

Porém, como demonstramos ao longo deste trabalho, há ainda um caminho bastante longo a ser percorrido. As primeiras iniciativas do Banco, com os Programas Nordeste Competitivo, Amazônia Integrada e o Programa PAI, Programa do Centro Oeste e RECONVERSUL não atingiram o efeito desejado, por visarem apenas à concessão de crédito, o que acabou desvirtuando a ideia de desenvolvimento regional estratégico. Reconhecendo os gargalos deixados por essa experiência, em 2003, houve nova tentativa de organização de um programa que fosse capaz de conter não somente as desigualdades inter-regionais, mas também as intrarregionais. E, dessa tentativa, nasceu a Política de Dinamização Regional.

Com o mapeamento desenvolvido e uma análise minuciosa sobre a implantação de tal Política, nos deparamos com vários projetos estagnados, característica comum a todos os Estados onde foram implantados. Existem, de fato, alguns estados como Paraná, Rondônia e São Paulo, que possuem um número mais elevado de projetos em andamento que aqueles estagnados. Por outro lado, verificamos também que estados como Minas Gerais, Bahia, Rio Grande do Sul e São Paulo sequer apresentam as condições em que estão os projetos, por ausência de dados sobre os mesmos.

Concluimos, desse modo, que, apesar dos esforços empreendidos pelo Banco, a linha específica sobre as desigualdades regionais precisa ser repensada, de maneira a atingir os objetivos traçados, pois os resultados são ainda bastante tênues.

## REFERÊNCIAS

- ANDRADE, T. A. *As Desigualdades inter-regionais de desenvolvimento econômico no Brasil*. Texto para Discussão Interna, n. 156. Rio de Janeiro: IPEA, 1988.
- BAER, W. A. *Industrialização e o desenvolvimento econômico do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1966. (Edição original).
- BAER, W.; GEIGER, P. Industrialização, urbanização e a persistência das desigualdades regionais no Brasil. In: BAER, W.; GEIGER, P. P.; HADDAD, P. R. (Coord.). *Dimensões do desenvolvimento brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1978. p. 65-150. (Contribuições em Economia, 3).

BARROS, A. R. Raízes Históricas das idéias que subsidiam as políticas de clustering. *Revista de Economia Política*, v. 22, n. 1 (85), p. 131-149, 2002.

BARROS, J. R. M.; GOLDENSTEIN, L. Avaliação do processo de reestruturação industrial brasileiro. *Revista de economia política*, v. 17 (2), n. 66, São Paulo, Centro de Economia Política, abr.-jun., 1997.

BERCOVICI, G. *Desigualdades regionais, Estado e Constituição*. São Paulo: Max Limonad, 2003.

BERNARDINO, A. P. da S. Fontes de recursos e atuação do BNDES sob uma perspectiva histórica. *Revista do BNDES*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 23, p. 53-72, jun. 2005. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br/conhecimento/revista/rev2304.pdf>>. Acesso em: 1 out. 2013.

BIELSCHOWSKY, R. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. 5. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 1988.

BRASIL. BNDES. *Planejamento Corporativo*. Brasília, 2000.

BURGUESS, M. Between a rock and a hard place: the Russian federation in comparative perspective. In: ROSS, C.; CAMPBELL, A. (Ed.). *Federalism and local politics in Russia*. New York: Routledge, 2009, p. 25-53.

\_\_\_\_\_. *Comparative federalism. Theory and practice*. New York: Routledge, 2006.

CANO, W. *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil: 1930-1970*. São Paulo: Global; Campinas: UNICAMP, 1985. (Teses, 15).

\_\_\_\_\_. *Reflexões sobre o Brasil e a nova (des)ordem internacional*. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

CASTRO, A. B. *7 ensaios sobre a economia brasileira*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1971. (Edição original).

CAVALCANTI, C. País e região: desigualdades e preconceitos regionais no Brasil. Recife: *Caderno Estado e Sociedade*, v. 9, n. 1, p. 25-40, jan./jun. 1993.

CINTRA, M. A. M. *Uma visão crítica da teoria da repressão financeira*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999.

\_\_\_\_\_; FREITAS, M. C. P.; PRATES, D. M. O papel desempenhado pelo BNDES e diferentes iniciativas de expansão do financiamento de longo prazo no Brasil dos anos 90. *Economia e Sociedade*, n. 15, Campinas, p. 85-116, 2000.

COLOMBO, Luciléia Aparecida. O federalismo brasileiro e as desigualdades regionais: uma análise sobre os programas do BNDES. *IX Encontro da ABCP*. Brasília, DF, ago. 2014.

CROUCH, C. *Capitalism Diversity and Change*. Oxford: Oxford University Press, 2005.

CURRALERO, C. R. B. *A atuação do sistema BNDES como instituição financeira de fomento no período 1952-1996*. 1998. Dissertação (Mestrado em economia) - UNICAMP, Campinas, 1998.

DINIZ, C. C. *A dinâmica regional recente da economia brasileira e suas perspectivas*. Brasília: IPEA, 1995. (Texto para Discussão, n. 375).

DUCHACEK, I. D. *Comparative federalism: the territorial dimension of politics*. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1970.

ELAZAR, D. *American federalism: a view from the states*. Third Edition: New York, Harper & Row, 1984.

\_\_\_\_\_. *Exploring Federalism*. Tuscaloosa: The University of Alabama Press, 1987.

\_\_\_\_\_. *Federal system of the world*. New York: Stockton Press, 1994.

GASPAR, E.; RAMOS, R. *Desenvolvimento Regional e o Apoio aos APLs*. Estudos e Pesquisas 375, Fórum Especial 2010 - Como tornar o Brasil um país desenvolvido, fazendo acontecer as revoluções e oportunidades do "Plano Nacional de Desenvolvimento". Rio de Janeiro, 2010.

GOODIN, R. E. Institutions and Their Design. In: GOODIN, R. E. (Ed.). *The theory of institutional design*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996. p. 1-125.

HADDAD, P. R. As políticas de desenvolvimento regional no Brasil: notas para uma avaliação. In: BAER, W.; GEIGER, P. P.; HADDAD, P. R. (Coord.). *Dimensões do desenvolvimento brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1978. p. 383-396. (Contribuições em Economia, 3).

HIRSCHMAN, A. *Journeys toward Progress*. New York: Twentieth CenturyFund, 1963.

\_\_\_\_\_. *Política Econômica na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura S/A, 1965.

\_\_\_\_\_. *The strategy of economic development*. New Haven: Yale University Press, 1958.

JAYME JR, F. G.; CROCCO, M. *Bancos Públicos e Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: IPEA, 2010.

LEVI, M. Uma lógica da Mudança Institucional. *Dados – Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, v. 34, n. 1, p. 79-99, 1991.

MARKUSEN, A. Mudança econômica regional segundo o enfoque centrado no ator. In: DINIZ, C. C.; LEMOS, M. B. *Economia e território*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005.

METTENHEIM, K. *Para uma análise transdisciplinar dos bancos públicos federais na democracia brasileira*. Brasília: IPEA, 2010.

NORTH, D. *Institutions, institutional change and economic performance* (Political Economy of Institutions and Decisions). Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

PAMPLONA, L. de M. P. *BNDES e o Desenvolvimento do Século 21: Estado, democracia e sustentabilidade*. Dissertação de Mestrado. Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2011.

RAMOS, R. *Uma nova abordagem para política de desenvolvimento regional*. Brasília: BNDES, 2003.

ROTHSTEIN, B. Political Institutions: An Overview. In: GOODIN, R. E.; KLINGEMAN, H-D. (Ed.). *A New Handbook of Political Science*. Oxford: University Press, 1996. p. 133-167.

SCHMIDT, V. A. *Bringing the State back into the varieties of capitalism and discourse back into the explanation of change*. Paper apresentado no encontro anual da Associação Americana De Ciência Política. Philadelphia, 2006.

SCHNEIDER, B. R. *Hierarchical market economies and varieties of capitalism in Latin America*. Cambridge: Cambridge University Press, J. Lat. Am. Stud., 2009.

\_\_\_\_\_. *Comparing capitalisms: liberal, coordinated, network and hierarchical varieties*. Mimeo, 2008.

SILVA JR., G. O. da. BNDES: 50 anos de ordenamento do território brasileiro. In: SILVEIRA, R.; LAMOSO, L.; MOURÃO, P. F. (Org.). *Questões nacionais e regionais do território brasileiro*. São Paulo: Expressão Popular: UNESP: Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2009, p. 63-82.

SJOSTRAND, S. E. On institutional thought in the Social and Economic Sciences. In: SJOSTRAND, S. E. *Institutional Change: theory and empirical findings*. New York: A. E. Sharpe, 1993.

SUZIGAN, W; ARAÚJO, A. B. Política industrial, regionalização e financiamento do desenvolvimento. In: Associação Brasileira de Bancos de Desenvolvimento. *Desenvolvimento e desconcentração da economia: Painéis do II Seminário de Integração Nacional*. Rio de Janeiro. p. 7-73, 1979. (Coleção Técnica ABDE/CEBRAE/BNDE, 4).

THELEN, K; STEINMO, S. Historical Institutionalism in comparative politics. In: THELEN, K; STEINMO, S.; LONGSTRETH, F. *Structuring politics*. Historical institutionalism in comparative analysis. Cambridge: Cambridge University Press, 1992. p. 1-27.

VIDOTTO, C. A. Reforma dos bancos federais brasileiros: programa, base doutrinária e afinidades teóricas. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 14, n. 1 (24), p. 57-84, jan./jun. 2005.